



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
 UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL**

**CHALLENGES FOR DEAF EDUCATION IN A PUBLIC SCHOOL IN THE FEDERAL DISTRICT: A
 STUDY AT THE PUBLIC SCHOOL OF ASA SUL**

**DESAFÍOS PARA LA EDUCACIÓN DE SORDOS EN UNA ESCUELA PÚBLICA DEL DISTRITO
 FEDERAL: UN ESTUDIO EN LA ESCUELA PÚBLICA DE ASA SUL**

Jefferson Teixeira Maciel¹

e514734

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i1.4734>

PUBLICADO: 01/2024

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar e compreender o processo da Educação Inclusiva nas Escolas Públicas do Distrito Federal e os principais desafios enfrentados por alunos com déficit auditivo e seus professores, as leis que garantem sua inclusão na sociedade escolar sem discriminação e, sobretudo, que garantam uma educação de qualidade. Uma vez que a comunicação com as pessoas surdas deve se dar efetivamente por meio da Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS. Neste sentido, foi levantado o processo histórico da legislação vigente no Brasil e a legislação distrital, para melhor retratar a realidade da educação inclusiva no Distrito Federal e, particularmente, compreender o que de fato acontece nas escolas públicas. Tendo como ponto focal o estudo de caso de uma escola pública do Distrito Federal. Portanto, foi necessário conhecer a realidade do cotidiano dos alunos com deficiência auditiva e levantar informações sobre os principais desafios enfrentados por eles e pelos professores que os ensinam. Neste sentido, foram realizadas entrevistas para se ter mais esclarecimentos sobre a rotina diária de cada um deles: gestores, professores, servidores, alunos, pais e profissionais da educação que atuam nos serviços auxiliares aos professores, pais e alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência auditiva. Linguagem de sinais. Políticas públicas.

ABSTRACT

This study aims to analyze and understand the process of Inclusive Education in Public Schools in the Federal District and the main challenges faced by students with hearing impairment and their teachers, the laws that guarantee their inclusion in school society without discrimination and, above all, that guarantee quality education. Since communication with deaf people must take place effectively through the Brazilian Sign Language – LIBRAS. In this sense, the historical process of current legislation in Brazil and district legislation was surveyed, to better portray the reality of inclusive education in the Federal District and, particularly, understand what actually happens in public schools. Having as its focal point the case study of a public school in the Federal District. Therefore, it was necessary to understand the daily reality of students with hearing impairment and gather information about the main challenges faced by them and the teachers who teach them. In this sense, interviews were carried out to obtain more clarification about the daily routine of each of them: managers, teachers, employees, students, parents and education professionals who work in auxiliary services to teachers, parents and students.

KEYWORDS: Hearing impairment. Sign language. Public policies.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar y comprender el proceso de Educación Inclusiva en las Escuelas Públicas del Distrito Federal y los principales desafíos que enfrentan los estudiantes con discapacidad auditiva y sus docentes, las leyes que garantizan su inclusión en la sociedad escolar sin discriminación y, sobre todo, que garantizar una educación de calidad. Ya que la comunicación con personas sordas debe realizarse de manera efectiva a través de la Lengua de Signos Brasileña – LIBRAS. En este sentido, se recorrió el proceso histórico de la legislación vigente en Brasil y la legislación distrital, para retratar mejor la realidad de la educación inclusiva en el Distrito Federal y,

¹ Faculdade Laboro.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

particularmente, comprender lo que realmente sucede en las escuelas públicas. Teniendo como punto focal el estudio de caso de una escuela pública del Distrito Federal. Por lo tanto, fue necesario comprender la realidad cotidiana de los estudiantes con discapacidad auditiva y recopilar información sobre los principales desafíos que enfrentan ellos y los docentes que les enseñan. En este sentido, se realizaron entrevistas para obtener mayores esclarecimientos sobre el día a día de cada uno de ellos: directivos, docentes, empleados, estudiantes, padres de familia y profesionales de la educación que laboran en servicios auxiliares a docentes, padres y estudiantes.

PALABRAS CLAVE: Deficiência auditiva. Linguagem de sinais. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos surdos é um tema relevante e desafiador na área da educação inclusiva. Embora a legislação brasileira garanta o direito à educação inclusiva para todos os alunos, independentemente de suas deficiências, a inclusão escolar de alunos surdos ainda enfrenta muitos desafios. A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é reconhecida como a língua natural dos surdos no Brasil, mas muitos professores ainda não possuem formação adequada em LIBRAS e desconhecem as especificidades da cultura surda. Além disso, a falta de recursos e materiais didáticos adaptados, bem como a falta de suporte e acompanhamento para os alunos e seus familiares, são outros desafios enfrentados pela inclusão escolar de alunos surdos.

O que torna o processo complexo e desafiador, que envolve não apenas a adaptação do ambiente escolar, mas também a valorização da cultura surda e o respeito à diversidade linguística, a formação adequada dos professores em LIBRAS e em estratégias pedagógicas inclusivas, bem como a disponibilização de recursos e materiais didáticos adaptados. Além disso, é necessário o suporte e acompanhamento para os alunos e seus familiares, a fim de garantir que eles possam participar ativamente das atividades escolares e se sentir incluídos na comunidade escolar.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os desafios e possibilidades da inclusão escolar de alunos surdos na prática docente, com base em uma revisão bibliográfica e entrevistas com professores e gestores que atuam em escolas públicas do Distrito Federal. A revisão bibliográfica abrangeu a legislação e as políticas públicas relacionadas à inclusão escolar de alunos com deficiência, bem como as especificidades da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e da cultura surda.

Como objetivos específicos estão: entrevistar alguns professores das escolas do Distrito Federal, que trabalham com alunos surdos, nas escolas regulares, com objetivos de identificar os principais problemas enfrentados; verificar se o atendimento aos alunos surdos está de acordo com a legislação e se seus direitos estão sendo garantidos; verificar se a legislação vigente e os recursos liberados para as escolas chamadas inclusivas, são suficientes para uma educação efetiva para pessoas surdas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

VISÃO GERAL DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLAS PÚBLICAS

A partir da análise dos desafios que enfrentam alunos e professores, pode-se compreender como uma legislação que existe há décadas, que tem por objetivo incluir, pode ser tão excludente. E como a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), essencial para facilitar o aprendizado e o ensino, seja pouco divulgada e ensinada aos professores.

A educação brasileira está em transformação para que a educação inclusiva seja, de fato, eficaz e transcenda das letras das leis para a realidade do público-alvo. Fato que o comprova é a criação do Plano Nacional de Educação, em 2014, nele foram estabelecidas diretrizes, metas e estratégias, para serem cumpridas no período de 10 anos e ainda analisar e propor políticas públicas para assegurar o que a lei estabelece, como em seu art. 5º, inciso II – “analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas”. Meta 4 – Inclusão:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014).

Para que ocorra o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, debates e reflexões têm tomado lugar para produzir políticas públicas inclusivas, buscando responder o porquê da exclusão que é enraizada na nossa sociedade (Borges; Paini, 2016, p. 6).

Vale ressaltar que a inclusão é um paradigma que está em todas as áreas como espaços físicos e simbólicos: na arquitetura, educação, lazer, cultura e no comportamento humano com atitudes de perceber as coisas, de si e de outrem (Camargo, 2017, p. 1).

Levando para dentro da educação, temos que observar quatro pilares da educação segundo Ferreira (2018), são eles aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; a aprender a ser. Deve-se formar a educação inclusiva nesses pilares para que os alunos com deficiência possam ter a oportunidade de seu desenvolvimento pleno, que deve ser propiciado pelas escolas.

Rodrigues (2017) afirma que as escolas inclusivas devem ter um processo educativo que abrange um processo social, fazendo com que todas as crianças que tenham necessidade especial ou distúrbios, possam usufruir do direito de aprendizagem e escolarização mais próximo do normal.

Na atual realidade que a Educação Brasileira vem demonstrando, além dos problemas “costumeiros”, como as agressões físicas e verbais distribuídas a professores e alunos, a falta de estruturas físicas ideais para suportar o número elevado de alunos em uma sala de aula, a falta de condições favoráveis para estruturar laboratórios, refeitórios, quadras poliesportivas, ainda nos confrontamos com o despreparo para que os professores possam trabalhar com os alunos com deficiência auditiva.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Como esta situação pode ser modificada para que as escolas não só atinjam índices satisfatórios, mas que realmente elevem o conhecimento e o desejo dos alunos em aprender e participar dessa inclusão sem se sentirem isolados? Será que a falta de estrutura e falta de capacitação dos servidores contribuem para essa taxa negativa? É possível que as políticas públicas, realmente, estejam contribuindo para que a legislação seja cumprida de maneira favorável?

A escola inclusiva promove o direito à educação de todas as crianças, independentemente da necessidade que possam ter, através de uma educação significativa que seja adequada para as capacidades individuais e específicas. O estudo foi realizado especificamente para um desenvolvimento teórico, sendo usada revisão de literatura através de artigos, revistas científicas e livros. As fontes são de origem nacional e internacional. O objetivo é identificar, junto ao corpo docente, o desenvolvimento das práticas inclusivas e os recursos destinados para a educação de alunos surdos.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal -SEEDF, sobre a inclusão de alunos cursos no ensino "... as escolas públicas do DF atuam de acordo com a demanda dos alunos para atendimento de LIBRAS, com professor tradutor. Dessa forma, os estudantes surdos são matriculados no ensino regular e podem solicitar o atendimento especializado com linguagem de sinais para o desempenho das atividades educacionais". Destaca, ainda, que o quadro de profissionais especializados para atendimentos de alunos com deficiência auditiva ou surdez conta com professores ouvintes e surdos. São cinco professores surdos efetivos na rede e 322 professores ouvintes. A SEEDF vem, ao longo dos anos, oferecendo formação aos professores para atuarem na educação especial por meio do Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação.

Nas escolas públicas, os surdos estão representados apenas por 0.5% dos alunos. Em geral, os surdos nas escolas são vistos apenas como "outros alunos", enquanto na realidade eles não correspondem a uma categoria específica. Acima de tudo, é necessária uma educação especializada para desenvolver competências em áreas que ouvir e falar não é suficiente.

Quando os alunos surdos são matriculados, a identificação do grau da sua deficiência é muito importante, pois a partir disso a escola poderá informar à Secretaria de Educação os recursos humanos e materiais necessários para o atendimento do educando, como por exemplo: professor intérprete e outros recursos.

Após a análise e classificação do grau de deficiência nas crianças com deficiência auditiva, a SEEDF pode orientar o melhor recurso a ser trabalhado com essa criança na escola. Essa classificação é dada pela família na hora da matrícula, com a apresentação do laudo médico e a escola por sua vez encaminhará pedindo os recursos humanos ou materiais, disponibilizados pela SEEDF.

Normalmente, os recursos humanos são os professores intérpretes e os materiais visuais, por exemplo. Porém, segundo relatos, poucos são os professores intérpretes que atuam nas escolas.

Considerando a possibilidade de analisar os principais desafios enfrentados por professores e alunos, nesta proposta da escola inclusiva para surdos, percebe-se que para que o atendimento seja de excelência é fundamental que a escola tenha uma boa estrutura, em todos os âmbitos, para o



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

benefício dos alunos surdos em seu aprendizado. Além da estrutura, é fundamental que o corpo docente oriente os demais alunos sobre o respeito às diferenças, igualdade de direitos e o *bullying*.

Atualmente, existem 646 Unidades Escolares na rede pública de ensino do DF, com atendimento a mais de 458 mil estudantes. Destas escolas, 239 atendem exclusivamente a educação especial e as demais são escolas inclusivas.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. (SEESP/ SEED/ MEC, p.9, 2010).

A Educação Inclusiva tem como objetivo garantir o direito à educação, igualdade, valorização das diferenças e transformar as práticas e políticas do sistema de ensino. Porém, ainda está em processo de formação devido à falta de estrutura nas escolas, capacitação dos profissionais e, principalmente, por parte da sociedade escolar, que discrimina e exclui os colegas com deficiências, pois acreditam que eles deveriam ter um local apropriado para o ensino.

Trata-se de um processo gradual, que vem sendo percorrido desde 1856, quando foi criado o primeiro Instituto para educação de surdos no Brasil, mas os governantes do país têm caminhado na busca de aperfeiçoar cada vez mais para a aceitação e equidade das diferenças.

Para Bizelli (2014), “os sistemas educacionais devem assegurar a todos os jovens a aquisição de conhecimentos, de capacidades, de destrezas e de atitudes necessárias para enfrentar a vida adulta”.

A história da Educação Inclusiva no Brasil aborda um tema tão frágil nos leva a um processo em constante desenvolvimento e que necessita estar sempre em discussão para que possa ser cada dia mais aperfeiçoado, para que essa inclusão não se torne uma exclusão.

LEGISLAÇÃO E A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS

O processo de construção para a educação inclusiva não teve início no Brasil e há muitas outras legislações relacionadas a ela. Pode-se citar a Declaração de Salamanca, criada em 1994, que visa “fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social”. E de acordo com o site www.educabrasil.com.br, é “considerado um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social”.

Outros documentos de legislação internacional importantes são: a Convenção de Guatemala, 1999; Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão, 2001; Convenção da ONU, 2006 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. (Orientações Pedagógicas, 2010).

No Brasil, desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, deu-se início a regulamentação da inclusão nas escolas da rede pública de ensino no Distrito Federal e, a partir dela, outras leis foram criadas para que pudessem ser reajustadas e melhor atender aos alunos com necessidades especiais. Posteriormente, esta lei foi substituída pela Lei nº 5.692 de 1971, segunda Lei de Diretrizes e Bases.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Com a Lei nº 7.853/89, a integração social dos deficientes tornou-se obrigatória e gratuita na Educação Especial nas Escolas Públicas. Para reforçar essa lei, criou-se em 1990, com a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, garantido o atendimento das pessoas com deficiência nas escolas da rede pública.

Em 1996, a LDB foi novamente alterada e trouxe um capítulo próprio para a Educação Especial e uma referência à capacitação dos professores para atender aos alunos com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Dentre as várias leis que tratam sobre o tema Educação Inclusiva, a Secretaria de Educação do Distrito Federal dispõe de outras prerrogativas que direcionam a condução pedagógica por professores, gestores e orientadores educacionais, como o Currículo em Movimento da Educação Básica para cada modalidade de ensino, regular ou especial, em que são apresentados conteúdos e principais objetivos para cada disciplina; ainda apresenta as Orientações Pedagógicas.

No Distrito Federal, as leis referentes à Educação Inclusiva, são: Lei Orgânica do Distrito Federal, 1993; Lei nº 2.352, 1999; Decreto nº 22.912, 2002; Lei nº 3.218, 2003; e a Lei nº 4.317, de 2009. (Orientações Pedagógicas, 2010).

A partir do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, instituindo a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, dispendo que todas as escolas públicas ou privadas do Distrito Federal, passam a ser inclusivas, sendo garantia dos alunos deficientes o direito à educação.

Assim, deu-se início à construção de uma política de educação inclusiva, desde a educação básica, com um novo olhar nas práticas educacionais direcionado ao atendimento dos estudantes, capacitação dos professores, condições da estrutura físicas das escolas, para melhor atendimento dos alunos e os recursos pedagógicos e humanos para esse atendimento.

O documento traz em seu conteúdo as disposições gerais, público-alvo, as diretrizes, sua implementação, serviços e recursos, equipes participantes, avaliação e monitoramento do PNEE e os principais serviços e recursos que serão repassados aos alunos no ano letivo.

Um dos principais dispositivos legais para a Educação Inclusiva, promulgada em 2002, foi a Lei nº 10.436 de 24/04/2002, que reconheceu por meio legal a comunicação e expressão do uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Esta lei reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, e garante o direito dos surdos de se comunicarem em sua língua natural.

Além disso, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, reforça a importância da inclusão escolar de alunos surdos em escolas públicas. Essa lei estabelece que a educação inclusiva é um direito de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais.

A Lei Brasileira de Inclusão também estabelece que as escolas públicas devem oferecer recursos de acessibilidade, como intérpretes de língua de sinais, para garantir que os alunos surdos tenham acesso a uma educação de qualidade. Além disso, a lei também prevê a obrigatoriedade da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

formação de professores e intérpretes de língua de sinais, garantindo que esses profissionais estejam preparados para atender às necessidades dos alunos surdos.

O ENSINO DE LIBRAS E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

O sistema educacional brasileiro está em constante mudança e, por esse motivo, para a formação dos professores são exigidas novas habilidades. Vários são os fatores que estão gerando essa mudança constante, sendo a inclusão um dos assuntos mais debatidos nos últimos tempos.

Houve mudanças nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, como a inclusão nos seus currículos a disciplina de LIBRAS, por meio do Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, tornou-se obrigatória a disciplina de LIBRAS. O decreto deu tempo para que as instituições de ensino possam se adequar para ofertar a disciplina de LIBRAS em seus cursos.

A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...].A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir LIBRAS como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos: I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição; II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição; III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição. Parágrafo único. O processo de inclusão da LIBRAS como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas (Brasil, 2005).

Mesmo com a difusão das disciplinas de LIBRAS para os acadêmicos, parte dos formados saem apenas com uma introdução à LIBRAS e não desenvolvem a habilidade comunicativa que é necessária para ensinar alunos surdos.

Freitas (2016) pôde concluir que “A disciplina apresenta apenas uma introdução da LIBRAS. Isso se deve ao fato de entender que as línguas de sinais são línguas tão complexas como as línguas de modalidade oral”.

Costa (2018) afirma que existe uma dificuldade das instituições em relação à contratação de mão de obra qualificada para o ensino da disciplina de LIBRAS. Por isso, não são ensinadas aos futuros professores habilidades suficientes para se comunicarem em LIBRAS. E, também, destaca que a escassez de artigos que investigam essa situação dificulta visualizar esse cenário de maneira mais ampla.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Analisando esses dados, podemos observar que será necessário que as instituições de ensino que oferecem a disciplina de LIBRAS, não apenas forneçam uma introdução à ciência, mas desenvolvam a habilidade comunicativa em seus alunos. Para isso, será necessária a implementação de carga horária maior para tal disciplina e adequação na grade curricular de seus cursos.

A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A INCLUSÃO

Para que haja o ingresso de pessoas com deficiência na educação, é impossível não falar da educação inclusiva. Ela tem como objetivo fazer, da melhor maneira, a transposição desse público das escolas especiais para as escolas comuns e, assim, fomentar o processo de aprendizagem nas redes regulares.

Levando a educação inclusiva para dentro das escolas, encontra-se o agente que atua direta ou indiretamente na educação desses alunos, os professores, mediadores para que essas crianças transcendam seus conhecimentos e habilidades, os professores têm que estar capacitados para enfrentar tal desafio.

Para Beyer (2006), a maior problemática é que as escolas especiais se encontram em um horizonte em que as crianças com necessidades especiais necessitam de outras crianças que tenham o cognitivo e a sociabilidade diferente da sua. Porém, diante da realidade pedagógica e social, encontram um modelo limitado de interação.

Esse choque de realidade é necessário para o ensino e aprendizagem das crianças com necessidades especiais, e faz com que professores tenham como maior desafio ensinar a ambos de maneira mútua e eficaz.

Para Marchesi (2004), é muito mais trabalhoso prosseguir na visão das escolas inclusivas se os professores não forem capacitados o suficiente para ensinar todos seus educandos. Deixando esse conhecimento de ser delegado apenas aos especialistas, mas para todos os que estão envolvidos no projeto, pois são eles que elaboram os currículos, as estratégias e buscam superar os desafios diários junto ao aluno, buscando solução. Essas prerrogativas são fundamentais para a atuação do professor nas escolas a fim de oferecer condições de ensino aprendizagem apropriada para as dificuldades específicas para esses alunos, fazendo assim a ponte para a inclusão e a socialização escolar.

Os professores que promovem a educação inclusiva devem ter a capacidade de desenvolver um currículo que permita o atendimento necessário para os alunos especiais. Assim, usa-se adaptações, essenciais para desenvolver um aprendizado verdadeiro que transcende a limitação no tempo determinado. “As adaptações curriculares têm o objetivo de estabelecer uma relação harmônica entre as necessidades especiais dos alunos e a programação curricular. Estão focalizadas, portanto, na interação entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas” (Brasil, 2003, p. 34).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Para que os professores sejam capazes de desenvolver tal feito, é necessário que ele seja capacitado dentro de sua formação acadêmica, isto é, dentro do seu curso superior. Contudo, o que acontece é que muitos dos novos e velhos professores não se sentem seguros em tal situação.

Segundo Lima (2002, p. 40),

a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso de que não estão preparados para lidar com crianças com deficiência.

Mesmo com as disciplinas de cursos superiores que tratam do tema educação inclusiva e educação especial, geralmente a abordagem é vaga e pouco profunda, o que acaba não produzindo habilidade suficiente para a atuação em sala de aula. Desse modo, é notória a falha na formação acadêmica e a escassez na procura, por parte dos educandos, de projetos de capacitação nesse sentido.

Com essa discussão, conseguimos compreender que o cerne da capacitação dos professores para fornecer um bom atendimento na educação inclusiva está em cada vez buscar novos conhecimentos, especializações e cursos para que consigam suprir a lacuna deixada em sua formação e estar em sincronia com a necessidade do momento.

O PAPEL DO INTÉRPRETE NA ESCOLA PÚBLICA

Os surdos dentro das escolas têm o direito de serem ensinados com a presença de um intérprete de Língua de Sinais. Direito assegurado pelo Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005). Barbosa Júnior (2011) diz que esses profissionais precisam dominar a língua falada e a de sinais do seu país, características necessárias para o exercício da função. Quadros (2004, p. 27) diz que o tradutor/intérprete deve ser profissional que domina a Língua de Sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete da LIBRAS. No Brasil, o intérprete da Língua de Sinais deve dominar a Língua Brasileira de Sinais e a língua portuguesa.

A tradução da língua falada para LIBRAS é uma tarefa complexa. É necessário trazer de forma clara as intenções comunicativas específicas do comunicador, para uma linguagem completamente diferente (gestual). O seu papel está ligado diretamente à interação comunicativa social e cultural com a autoridade que permite induzir o produto da interpretação e o objetivo.

Por isso, é fundamental que o intérprete tenha habilidades, conheça os parâmetros léxicos, estruturais, semânticos e pragmáticos, com o objetivo de fazer a tradução mais precisa para que o aluno consiga compreender. O MEC (2004, p. 20) expõe esse processo hermético:

Como uma língua percebida pelos olhos, a língua brasileira de sinais apresenta algumas peculiaridades que são normalmente pouco conhecidas pelos profissionais. Perguntas sobre os níveis de análises, tais como, a fonologia, a semântica, a morfologia e a sintaxe são muito comuns, uma vez que as línguas de sinais são expressas no som e no espaço. Porém, as pesquisas de várias línguas de sinais, como a língua de sinais americana e a língua brasileira de sinais, mostraram que tais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

línguas são muito complexas e apresentam todos os níveis de análises da linguística tradicional.

Quando ministrada a aula, o intérprete tem o papel de traduzir o conteúdo do professor ao aluno surdo. Nessa situação, ele não é o professor que ministra a aula, mas sim o profissional que decodifica o que está sendo comunicado para o interessado. Assim, uma relação entre o professor e o intérprete é necessária para melhor ensino/aprendizagem do educando, segundo Lacerda (2002, p. 123).

O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno.

Assim, podemos ver que é necessário compreender que professor faz o papel de professor e o intérprete papel de intérprete. Quando o intérprete não compreender o que está sendo verbalizado ou ministrado, é necessária a reexposição do tema comunicado.

O papel do intérprete no ensino aprendizagem do aluno surdo é indispensável, pois torna possível a comunicação, observar e adquirir conhecimento do professor ouvinte. Assim, afirmam Lacerda *et al.* (2011, p. 5), “o objetivo principal não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido por uma aprendizagem especificamente elaborada e pensada, e, conseqüentemente, eficiente”.

MÉTODO

Este estudo teve como objetivo apresentar como ocorre o processo da Educação Inclusiva de alunos surdos nas Escolas Públicas do Distrito Federal, analisar a percepção de professores e gestores sobre o tema. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com professores e gestores que atuam em escolas públicas.

Quanto à metodologia, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com seleção e revisão de livros, textos em formato PDF, entrevistas e, também, arquivos eletrônicos para facilitar a investigação, com todo cuidado para buscas em sites confiáveis. Identificou-se que estas dificuldades começam desde a matrícula na educação infantil do aluno com surdez à correta identificação e registro desses dados.

A pesquisa tem características de cunho qualitativo, conforme Uwe Flick (2009, p. 29-30), dispõe-se “de uma gama de métodos para coleta e análise de dados, tendo como predomínio a preferência por entrevistas semiestruturadas ou narrativas” além de possibilitar uma série de formas de procedimentos de codificação e de análise.

Nesta perspectiva qualitativa, portanto, optou-se, pelo método do Estudo de caso pela praticidade de oferecer detalhes particulares da temática da educação inclusiva de surdos em um ambiente escolar público, específico em Brasília, Distrito Federal, de modo que é oferecida a oportunidade de descrição da produção e reprodução de situações sociais por meio da análise dos dados.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Buscou-se para tal, identificar quais os principais desafios enfrentados pelos docentes que trabalham com alunos com déficit auditivo e discutir as políticas públicas e leis que garantem sua inclusão na sociedade escolar como uma bandeira para reduzir a discriminação e, sobretudo, que garantam uma educação inclusiva de qualidade.

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizadas estratégias metodológicas, sendo elas, inicialmente, a construção do conhecimento dos documentos (leis e decretos) que normatizam a educação inclusiva no Brasil e no Distrito Federal, observação e vivência com pessoas surdas no ambiente profissional, e para a parte empírica, optou-se pela elaboração de entrevistas com docentes e gestores de uma escola pública de Brasília-DF.

Assim, a pesquisa desenvolveu-se para uma fase exploratória, na medida em que se envolveu na busca de outros estudos que pudessem subsidiar o conhecimento necessário sobre o assunto.

Posteriormente, trilhou-se no campo para captação dos dados. Para essa etapa, elaborou-se uma entrevista como instrumento de pesquisa para aplicar aos docentes e colaboradores a fim de colher dados. No primeiro contato, realizou-se observações e conversas com pessoas que trabalham na escola diretamente com pessoas surdas e, em seguida, após preparar o guia como instrumento de pesquisa, realizou-se entrevista com os professores, diretora (gestora) e uma coordenadora pedagógica. Na sequência, selecionou-se fragmentos para a transcrição, análise e interpretação dos dados.

Para assegurar a probidade no desenvolvimento do trabalho, a revisão bibliográfica foi de fundamental importância para a abordagem do tema educação inclusiva, porque antes de buscar o campo, precisou-se construir conhecimento, principalmente, no que diz respeito à discussão de leis, decretos, diretrizes, enfim documentos oficiais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Declaração Mundial sobre Educação para Todos; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Declaração de Salamanca e o Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.

RESULTADOS DO ESTUDO

Quanto à categoria da Educação inclusiva, foi possível destacar recortes importantes para a reflexão sobre as respostas dos docentes que participaram da entrevista. Observou-se que nas respostas à primeira questão discursiva “Como docentes e servidores da escola se comunicam com os alunos surdos?” encontram-se subsídios, os quais foram importantes para refletir como a educação inclusiva de surdos é afetada pela ineficácia da comunicação entre docentes e estudantes como mostra a fala da professora Ana: “Depois de 10 anos de convivência com os surdos, já me sinto bem mais à vontade para conversar em LIBRAS com eles, e às vezes, ao mesmo tempo, gosto de oralizar para me sentir mais segura e ter certeza de que estou sendo compreendida. De modo geral, eu me comunico com meus alunos, gosto de aprender com eles também”.

Percebe-se que a questão que envolve a comunicação consiste em um desafio para os educadores e para os estudantes, no processo da Educação Inclusiva na Escola Pública do Distrito



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Federal, visto que a professora demonstra em sua fala que se “sente mais à vontade para conversar com os alunos surdos após “10 anos de convivência”. Isso significa que antes, no período anterior a 10 anos, esses estudantes não estavam se percebendo incluídos, pois a professora ainda estava em processo de adaptação e de aprendizagem da Língua de sinais - LIBRAS, e, explica a docente que: “... às vezes, gosto de oralizar para me sentir mais segura e ter certeza de que estou sendo compreendida”.

É possível deduzir, na fala da docente que, apesar de ser experiente, ainda carrega incertezas sobre a sua própria forma de se comunicar com estudantes surdos, pois até oraliza, o que para muitos defensores do uso de LIBRAS apenas, o uso da oralidade simultânea nem é recomendada. Dessa forma compreende-se que o processo de inclusão dos estudantes surdos poderia ser mais eficaz se, além da formação adequada do professor, tivesse a presença do intérprete de LIBRAS em sala de aula. Deste modo, acredita-se que estudantes surdos poderiam se sentir mais valorizados e incluídos em uma escola inclusiva que adota um projeto pedagógico e práticas didáticas que contemplem as diversidades, bem como suas necessidades.

A docente revelou, ainda, que: “Algumas professoras falam em LIBRAS, mas nem todas as outras pessoas que trabalham na escola conseguem se comunicar com os alunos surdos, mas contam com os intérpretes que trabalham direto na Escola”. Como pode ser percebido na fala da professora, a questão da comunicação é uma preocupação “nem todas as pessoas que trabalham na escola conseguem se comunicar com os alunos surdos”

Assim sendo, é possível afirmar que a educação inclusiva para surdos existe, mas ainda precisa de ajustes quanto à forma de se comunicar com mais naturalidade, uma educação inclusiva para os surdos deve primar pela modalidade especificamente bilíngue, oferecendo garantias aos alunos de uma boa qualidade de ensino, com educadores capacitados, e a presença do intérprete nessas classes. Então, a necessidade de inclusão da LIBRAS, como parte integrante de parâmetros curriculares de acordo com a legislação vigente, como dita os dispositivos legais em questão, é necessária.

Sobre esse contexto comunicacional, Skliar (1997, p. 141) diz que “a língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente”.

Dessa forma, LIBRAS precisa ter uma atenção mais rigorosa, para que a escola bilíngue faça jus ao seu nome, e os docentes possam desenvolver as competências linguísticas e comunicativa e cognitiva por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos.

A Professora Bia respondeu: “Converso em LIBRAS com todos eles. Alguns professores ainda estão aprendendo, mas geralmente todos se esforçam para aprender, até a pessoa que trabalha na portaria da escola conversa com eles, tem cartazes de cumprimentos e com algumas palavras nos murais para ajudar. Aqui é uma escola inclusiva, a maioria dos alunos é surda”.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Ainda na defesa de uma comunicação melhor com a comunidade surda, visto que a escola bilíngue existe especialmente para atendê-la, espera-se que mude esse discurso de que “alguns professores ainda estão aprendendo, mas geralmente todos se esforçam para aprender”, pois todos precisam se comunicar em LIBRAS não apenas alguns e uma escola que já existe há um bom tempo, já poderia ter sanado esse problema de uso de LIBRAS.

A professora Eva também demonstrou suas dificuldades, descrevendo sua trajetória com a educação inclusiva: “No início, quando comecei a trabalhar em sala e atendimento, foi muito difícil para mim, pensei até em desistir muitas vezes. Mas quando aprendi a falar em LIBRAS, foi uma bênção, formei em Letras-LIBRAS. Faço jus ao meu diploma da UnB. Eu aprendi a conversar mais com todos os surdos da escola, cada dia ainda é um aprendizado para mim, faço muitas atividades com material visual, trabalho com crianças que foram ensinadas desde pequenas e assim, eu acho que é o melhor jeito de ajudar a criança surda a não se atrasar na escola”.

A docente Eva relatou as dificuldades que passou: “Antes, quando comecei, eu sofria porque eu queria fazer mais e não tinha condições porque a escola que trabalhava tinha poucos recursos para ajudar o aluno surdo, então eu comprava material com o meu salário para preparar minhas aulas. Hoje a escola é bem melhor e todos colaboram. Os meus alunos surdos são todos iguais aos outros ouvintes, brincam, estudam, erram, acertam, aprendem, conversam comigo e com os colegas, para mim são todos iguais. Estou realizada com minha turminha”.

Observou-se que as respostas são semelhantes e, por isso, apenas algumas foram selecionadas. Com essas respostas, é possível observar que para existir uma educação inclusiva das diferenças que visem a promoção do desenvolvimento de todos, há necessidade de se romperem as várias barreiras que dificultam a inclusão. No caso da pessoa surda, o maior desafio dos docentes para a agenda da escola inclusiva consiste nas dificuldades comunicacionais e didáticas.

Dessa forma, sabe-se que a educação inclusiva ainda é um grande desafio, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino, é um caminho para que a inclusão seja realidade, pois esse é um processo de transformação das escolas, de modo que possam se preparar cada vez mais para acolher a todos os alunos, indistintamente.

Assim, é possível inferir-se que nos discursos das docentes há um paradigma implícito de que, para que não haja problemas comunicacionais nas trocas sociais entre surdos e ouvintes, é necessária a conscientização de toda a comunidade escolar.

Notou-se que há um empenho para vencer os desafios encontrados, no entanto, embora a formação como curso superior em LIBRAS, complementação e especialização nem sempre confere aos docentes o preparo desejado ou mesmo necessário para assumirem as classes de estudantes surdos, sem que também enfrentem os desafios da comunicação. Há de se compreender que em termos linguísticos, a língua é viva, ou seja, está em contínua evolução. Isso também acontece com a língua de Sinais. O surdo é bastante criativo para buscar modos de se comunicar melhor. Daí, os docentes tentam acompanhar a evolução.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Nesse sentido, a professora Ana pareceu trazer uma justificativa ao expressar empatia e afeto pelos estudantes, em sua atividade profissional: "... gosto de aprender com eles também, os surdos são espertos e criativos para conversar com as mãos ..."

Enfim, demonstraram dedicação para desempenharem o papel de educadoras na escola no paradigma da educação na perspectiva inclusiva. Entendem, o quanto é importante, e que esse direito não pode ser negado aos estudantes surdos. No entanto, é preciso atentar-se às suas atribuições. Essas atribuições são cruciais porque complementam e apoiam o processo de escolarização de alunos com deficiência auditiva e de estudantes ouvintes, regularmente matriculados nas escolas.

Sabe-se que a Lei 10.436 reconhece a legitimidade da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, trazendo com isso seu uso pelas comunidades surdas, na busca da participação em políticas públicas sociais, ou seja, serviços públicos prestados.

A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, aos poucos vai sendo incorporada às escolas públicas em sua cultura a fim de superar as barreiras encontradas. No entanto, mesmo havendo uma unidade específica para tal implantação, as dificuldades prevalecem quando envolvem questões de políticas públicas de caráter social.

Embora as políticas sociais de educação inclusiva sejam motivadas pela necessidade de atender ao disposto em diferentes legislações, ainda há barreiras graves que incidem sobre estudantes que apresentam uma condição distinta do ponto de vista sensorial, físico ou intelectual. Assim, torna-se desafiante assegurar, em sua dinâmica de funcionamento, a atenção educacional e institucional demandada por alunos especiais, bem como o desenvolvimento do grupo com a valorização das diferenças.

O Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de Educação Básica acompanha, na educação especial, indicadores numéricos de acesso à inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, ainda precisa muito empenho para que o enfoque seja voltado para a qualidade da recepção do ensino.

A relevância de se estar atento ao cotidiano escolar, que pode ser compreendido como um contexto em que lugares sociais, ideologias, preconceitos e estereótipos circulam, em grande parte das vezes, criando formas de naturalização das práticas e dos discursos que constituem esse universo social.

Conforme lembra Soares (2005, p.36), é um desafio para um professor que traz a verbalização de conteúdo como método principal de ensino. Não tendo experiência com alunos surdos, o ambiente educacional traz uma insegurança e a conseqüente falta de manejo com as necessidades do aluno surdo. Dessa forma, encontra-se em meio à limitação de procedimentos adequados para lidar com a classe, bem como interagir com estudantes surdos.

Soares (2005, p. 39) argumenta que: "é difícil para o professor do ensino regular produzir práticas de ensino que atendam a presença de um aluno surdo, é difícil, também, para o professor



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

especializado contribuir com a construção de práticas pedagógicas que atendam alunos surdos e ouvintes”.

No entanto, Soares diz que o docente que tem como base a teoria de Vygotsky (1993) deve estar capacitado para sustentar o desenvolvimento dos alunos, entender as limitações e cadência de aprendizagens individuais e ter um bom entendimento de suas responsabilidades como professor.

No que diz respeito à importância e carência, cabe o incentivo a formação em LIBRAS para que o docente se torne competente ao ponto de transformar a realidade no contexto educacional, transpondo as barreiras do bilinguismo, da simples transmissão de conhecimento e que queira e possa formar pessoas surdas para a participação cidadã na sociedade.

Dada tamanha relevância da formação adequada do professor ouvinte em LIBRAS este primeiramente se inclui no mundo da criança surda para depois levá-las a um alfabetismo, desenvolvimento educacional e inclusão, possui habilidade de construir metodologias apropriadas para o alcance do propósito de ensino e aprendizagem considerando a diferença cultural entre ouvintes e Surdos no espaço educacional.

Os exemplos citados pelas docentes, tem muito a ver com as formas de organização do espaço pedagógico, incluindo formas de ensino e avaliação, bem como, exemplificam com segurança a postura que assumem como docentes que se preocupam com a atenção à diversidade na condução das atividades didáticas de sala de aula e na coordenação das interações sociais com as pessoas que convivem na comunidade escolar.

Assim à Questão 2: Quais os requisitos básicos para professores de alunos surdos para que possam ensinar e aprender na escola bilíngue? Todas as colaboradoras responderam que o requisito básico para trabalhar na escola como docente é o conhecimento em LIBRAS.

Outros pontos: “principalmente saber trabalhar com alunos surdos, saber LIBRAS, ser paciente, ser responsável, ser solidário e gostar do trabalho em equipe”, nota-se no discurso da direção, intensa preocupação com a “centralização da estrutura de autoridade...” pressupõe-se “a eficiência organizacional”, bem como reforça que “a especialização permite alto nível de perícia individual e performance”, além de preocupar-se com a “coordenação do controle, realizado através do exercício de autoridade e das regras impessoais” (Estêvão, 2018, p. 17).

A direção revela o seu discurso de poder e autoridade. Dessa forma, a sua concepção favorável à organização educativa revestida de traços do modelo burocrático racional “como entidade que aloca responsabilidades a atores e criam regras, políticas e hierarquia de gestão para coordenar atividades diversas” (Estêvão, 2018, p. 17).

Enfim, com esse perfil, percebe-se que a escola funciona dentro do modelo burocrático, visto que, em síntese, “possui regras impessoais, centraliza decisões, adota a hierarquização de categorias, resiste a mudanças, entre outros aspectos, que a assemelha a uma ‘pequena máquina imobilista’, conforme Estêvão (2018, p. 20).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Para reforçar o seu rigor com a gestão, argumenta que: “Os professores aqui recebem uma série de gratificações que aumentam, significativamente, o valor recebido, isso é um atrativo”. Com esse modo de dizer, compartilha o entendimento de que docentes desejam melhorar o salário e nem sempre têm a competência necessária para compor o quadro de profissionais da escola.

No entanto, percebeu-se com os argumentos da colaboradora da pesquisa que, conforme ensina Estêvão (Ibidem, p. 21), “este modelo burocrático pouco nos informa [...] sobre os processos dinâmicos da organização educativa, sobre a eventualidade e a normalidade da ocorrência de conflitos, sobre a lógica diferenciada de interação dos atores, sobre seus jogos estratégicos, sobre outras dinâmicas de poder dos atores, sobre a permeabilidade da organização aos seus meios.

Ressalta-se, dessa forma, a fragilidade desse modelo organizacional porque ele não é suficiente para dar conta da complexidade e do papel social de uma escola pública como organização educativa que oferece ensino para pessoas que precisam de atendimentos diferenciados. Assim, a necessidade de transformação organizacional faz parte do rol de desafios da educação inclusiva de surdos na escola bilíngue do Distrito Federal.

Para a discussão analítica sobre as políticas públicas, volta-se ao tema da pesquisa sobre a inclusão da pessoa surda, e, nesse sentido, selecionaram-se algumas partes das respostas das colaboradoras da pesquisa, selecionadas nas respostas dadas à questão 3: Como é realizada na escola a participação da comunidade escolar (docentes, pais, alunos) nas políticas públicas para a educação inclusiva de pessoas surdas?

A questão foi bastante direta, pois sabe-se da prática de haver representantes políticos em cada região do Distrito Federal e esses representantes desempenham o papel de levar aos setores sociais específicos da câmara legislativa, as demandas recolhidas nas suas comunidades para que haja um dinamismo mais efetivo nas políticas públicas. Isso não é diferente quando se trata de educação inclusiva.

De acordo com uma das respostas: “Todos os meses realizamos reuniões com os pais e apresentamos o rendimento de seus filhos. Aproveitamos para passar as informações sobre cursos, sobre sugestões de acompanhamentos com outros profissionais e as novidades sobre educação de surdos que descobrimos naquele período”, pode-se aferir que há participação das famílias para as devolutivas do rendimento escolar dos alunos surdos.

Percebe-se que, mesmo demonstrando interesse por parte dos docentes, gestão e colaboradores, ainda há muitos desafios para garantir a educação dos modos propostos pela lei.

Docentes, coordenadores pedagógicos e gestores de uma escola inclusiva conhecem a importância de construir condições, bem como práticas educativas eficazes que tenham como norte a superação dos diferentes obstáculos e que garanta a aplicação dos direitos humanos alcançados pelos diferentes.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Por fim, os pressupostos voltados à promoção de uma educação inclusiva, ética e política das pessoas com deficiência nos diversos níveis de ensino é o que se espera com o avanço das políticas sociais para as pessoas deficientes.

Nessa perspectiva, a atuação do professor para a educação de surdos, em relação a uma escola inclusiva, deve levar em consideração uma formação mais eficiente para professores como um curso de capacitação em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, antes de enviá-lo à sala de aula.

As políticas públicas em vigência fazem parte do resultado de lutas de docentes, dos pais, dos deficientes e da sociedade, enfim de todas as pessoas que se interessam pela causa de ensino especial e pela educação inclusiva de pessoas surdas. Alguns dos desafios encontrados como: Aprender LIBRAS; conhecer o perfil do surdo; aprender e aplicar as práticas didáticas específicas; trabalhar com os pais e família do surdo; atualização contínua; participação cidadã das lutas políticas pela causa dos deficientes auditivos devem ser superados pela efetiva formação e preparação do docente. Além desses desafios, inclui a participação de toda a comunidade escolar nas formas de gerir a instituição pública, uma vez que atualmente as escolas têm sido organizadas por meio de uma gestão democrática.

Assim, vigora uma participação mais efetiva de várias pessoas porque são questionamentos e sugestões que enriquecem as discussões atuais e assevera a importância de que as decisões tomadas na escola sejam coletivas e que todos os envolvidos no contexto escolar tenham vez e voz e se tornem corresponsáveis no processo de ensino aprendizagem e na gestão escolar.

A gestão democrática oferece mecanismos que possibilitam tomar decisões coletivas sempre que as circunstâncias assim o permitam, é um sinal importante de que a escola está vivendo a democracia. Neste sentido, a escola pode ter uma margem significativa de liberdade para decidir coisas que dizem respeito ao seu cotidiano.

Destaca-se, nesse aspecto, que existem questões fundamentais importantes que estão intrinsecamente envolvidas no processo de uma gestão democrática e que se constituem nas condições que a escola tem para se organizar democraticamente no sentido de recuperar sua função social por meio dos espaços legalmente instituídos de autonomia e descentralização.

O grande desafio de acesso e permanência do surdo neste espaço de ensino parece estar relacionado a uma educação que não preconiza o desenvolvimento da linguagem na primeira língua (Língua de sinais) para se investir na “cura da surdez” e tardiamente se busca a aprendizagem da primeira língua o que dificulta na aprendizagem dos conceitos e na aquisição da segunda língua, a língua da cultura majoritária na modalidade escrita.

Deste modo, a educação dos surdos enfrenta grandes desafios, pois há enormes embates entre as correntes educacionais que travam as melhorias e diferentes interpretações acerca dos documentos oficiais que preconizam o ensino aos surdos no país.

Após as análises e estudo realizado foi possível elaborar o quadro resumo a seguir:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Figura 1: Quadro resumo dos resultados encontrados

Educação Inclusiva	Políticas públicas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> • Todos os docentes usam a comunicação em LIBRAS; • Alguns servidores da escola usam Libras, outros estão aprendendo, outros recorrem aos intérpretes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição Federal de 1988; • Declaração de Direitos Humanos; • Lei de inclusão; • Lei de Libras; • Decreto cria escolas bilíngue no Distrito Federal; • Realizar reuniões mensais com os pais e toda comunidade escolar para elaboração de demandas; • As necessidades apontadas são encaminhadas ao setor competente pela direção geral. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender Libras; • Conhecer o perfil do surdo; • Aprender e descobrir que há práticas didáticas específicas; • Trabalhar com os pais e família do surdo; • O desafio é contínuo, todos os dias um novo desafio a superar; • Atualização de modo contínuo; • Participação cidadã das lutas políticas pela causa dos deficientes auditivos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, foi possível compreender que a proposta bilíngue busca a valorização na mesma medida das duas línguas utilizadas na educação de surdos, sendo que LIBRAS é a que mais se aproxima do respeito ao sujeito surdo em sua identidade e cultura. (“A proposta bilíngue na educação de surdos -PET Pedagogia”)

Além disso, dentre as propostas para o ensino de surdos, esta é a que mais aparece, hoje, recomendada como modelo para as escolas inclusivas, cujo ambiente caracteriza-se pelo conhecimento da LIBRAS pelo maior número de pessoas da escola, e não apenas pelo aluno surdo e o intérprete educacional.

CONSIDERAÇÕES

A presença da pessoa surda no ambiente educacional formal é relevante e primordial, além de ser um direito inalienável de acordo com a Lei nº 9.394 de 1996 que define as diretrizes para educação nacional brasileira e salienta que é dever do Estado garantir um atendimento educacional especializado, de forma gratuita aos educandos com deficiência.

Apesar da existência de políticas linguísticas como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626./2005 que viabilizam o atendimento do surdo no espaço educacional, em todas as modalidades, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação e expressão, observou-se que alguns docentes ainda não tem uma formação sólida para lidar com essa deficiência na sala de aula.

Após a análise dos questionários aplicados na escola bilíngue do Distrito Federal, contexto da realização da pesquisa, respondeu-se às questões que nortearam a pesquisa e foi possível confirmar a hipótese de que, mesmo com a legislação vigente, recursos sendo deliberados para as escolas chamadas inclusivas, a educação de surdos ainda é um desafio para os docentes e para as pessoas surdas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

Dentre os desafios encontram-se situações em que os surdos são retratados em função da surdez como falta e não como diferença linguística, reproduzindo um passado não muito distante de preconceitos e fracassos onde pouco avanço ocorreu, não dando subsídios para chegar a níveis mais elevados de escolarização.

Há uma série de desafios na língua portuguesa que buscam suprir com a ajuda de intérpretes na sua estrutura, o uso de recursos visuais e principalmente a falta de confiabilidade em suas potencialidades, o que prejudica o avanço rumo ao conhecimento sem oferecer suportes favoráveis a isso. É preciso considerar os processos traumáticos vivenciados pelos surdos para compreender por que alguns repudiam a Língua Portuguesa ou abandonam seus estudos.

Sabe-se, ainda, que o acesso dos surdos à educação ainda é abaixo do esperado e como consequência os estudos analisados revelaram que os docentes são ouvintes e enfrentam desafios para profissionalizar-se para atuar na formação da pessoa surda.

Destaca-se o papel importante da universidade enquanto disseminadora de ideias para intensificar essas discussões, visando favorecer a minimização das atitudes negativas por meio de estudos no sentido de reconhecer a diversidade humana combatendo o preconceito e conseqüentemente a marginalização social.

Segundo Sasaki (1997, p. 39), para aperfeiçoar o conceito de inclusão, é preciso incluir meios de superar os desafios que impedem a plena qualidade de vida para a pessoa surda igual à qualidade de vida oferecida às outras pessoas.

Observou-se que as políticas sociais de inclusão existem e estão evoluindo, ficou demonstrado que o Estado tem exposto suas Políticas Públicas para Educação Inclusiva aos gestores e profissionais da educação, no entanto ainda há dificuldade e algumas carências para sua efetiva implementação.

Destaca-se que a participação dos pais existe, mas de forma fragmentada sem muita interferência, embora seja realizada uma lista de demandas, conforme informado. Essa prática acaba deixando restrita a ponte entre família dos alunos surdos e a escola, em termos de participação democrática e cidadã, porque acabam ficando apenas nas questões básicas pedagógicas e outras assistências pouco significativas, ficando evidente que há uma seleção para formatar os temas a serem enviados.

Apesar da Educação Inclusiva e Especial para os alunos surdos ser uma realidade dentro da escola bilíngue de Brasília, ainda precisa de avanços para superar os desafios elencados.

Entende-se, assim, que o movimento de inclusão como um ensaio na direção dos Direitos Humanos, como favorável ao processo de educação inclusiva, traz alguns indicadores para o processo educacional mais ajustada às suas necessidades de aprendizagem e enfatiza-se a urgência em valorizar a sua participação na construção de um projeto educacional realmente democrático e inclusivo para a pessoa surda.

Este estudo teve como objetivo geral entender os desafios da educação inclusiva voltada para a pessoa surda na escola bilíngue do Distrito Federal, neste sentido percebeu-se que nas últimas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

décadas o cenário da inclusão está sendo mudado pelo crescimento da ciência e por visões mais progressistas, como também projetos políticos e educacionais que deram rumo a novas trajetórias da história da inclusão dos alunos surdos.

No que diz respeito à política para a inclusão de pessoas surdas, observou-se que o bilinguismo passa a ser a bandeira de luta dos surdos, como própria de sua cultura, desde a Conferência Mundial de Educação para Todos. Nesta declaração, os países relembram que a educação é um direito fundamental de todos, em que a inclusão e a democratização passaram a ser pautas primordiais.

No Brasil, além da influência legal da Declaração de Salamanca, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) houve destaque e normas para o funcionamento da educação especial e para os profissionais que atuam com essa modalidade de ensino. A partir de então, os alunos, antes denominados como “deficientes”, passam a ser tratados como “alunos com necessidades educativas especiais”.

Desse modo, o fato de ter um decreto que legaliza a LIBRAS como sistema linguístico visomotora no Brasil, fato que instaura na educação especial educação bilíngue. Da mesma forma, apesar da supremacia autocentrada dos ouvintes, a população surda continua sua luta, a qual vem promovendo maior organização a nível mundial em defesa de uma língua e cultura próprias, no intuito de protagonizar a sua história.

Obteve-se a valorização do bilinguismo. Pode-se dizer que no Brasil, em relação à introdução da Lei de LIBRAS, toda esta transformação vem sendo implementada em outras escolas ao longo do tempo por meio de novos métodos de ensino, os quais têm proporcionado ao surdo uma realidade diferente da do passado. Porém, considera-se um progresso educacional para o processo de ensino aprendizagem da pessoa surda.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Coalizão educacional no Brasil: importância e condições de sucesso. *In*: GRACIANO, M. (Coord.) **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. São Paulo: Ação Educativa, 2007, p. 52-55.

ALMEIDA, S. H. V. de. **O conceito de memória na obra de Vigotsky**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n. 21, p.160-173, mar. 2001.

AURELIO, O. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 4. Ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2002.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BELTRAMI, C. M.; MOURA, M. C. A educação do surdo no processo de inclusão no Brasil nos últimos 50 anos (1961-2011). **Revista Eletrônica de Biologia**, v. 8, n. 1, p. 146-161, 2015.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

BEYER, O. H. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. *In*: BAPTISTA, C. *et al.* (Orgs.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas: Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 109-113.

BORGES, M. L.; PAINI, L. D. **A educação inclusiva**: em busca de ressignificar a prática pedagógica. Maringá: Universidade Estadual de Maringá - UEM. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes/pde/2016/2016-artigoed.Especial-em-marilenelanciborgessenra.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BOTELHO, P. **Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas**." ("Ensino-aprendizagem em ciências sociais aplicadas: um estudo ... - UFSC") ("Ensino-aprendizagem em ciências sociais aplicadas: um estudo ... - UFSC") Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre ...) Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto n. 5.626 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. **Decreto nº. 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – Brasília: [s. n.], 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. "Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências." ("Legislação de LIBRAS – Escrita de Sinais")

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE**: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Brasília: MEC/SEMESP, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde; Projeto Promoção da Saúde, 2002.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, s. d. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes>. Acesso em: 20 jun. 22.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 8-25, 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v03n05/v03n05a02.pdf>. Acessado em: 26 ago. 2022.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. ("EDUCAÇÃO ESPECIAL") São Paulo: Educ, 1993.

CAMARGO, E. P. de. "Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases." ("Inclusão social, educação inclusiva e educação especial ... - Redalyc") **Ciência & Educação** (Bauru) [online], v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. SSN 1980-850X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001>. Acessado em: 21 ago. 2022.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadão - Conflitos multiculturais e globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. 268p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/613573/mod_resource/content/1/CANCLINI_1997_Consumidores_e_Cidadaos.pdf. Acesso em: 1 ago. 2022.

CAVALCANTI, M. C. **Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. São Paulo: Delta 15, 1999.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Constituição, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jul. 2022.

CONVENÇÃO sobre os Direitos das pessoas com deficiência. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014. Disponível em www.pcdlegal.com.br. Acessado em: 1 ago. 2022.

COSTA, K. S. de F. **A importância da formação em LIBRAS do(a) professor(a) ouvinte na educação bilíngue do aluno surdo e metodologias para o ensino de LIBRAS e de português escrito nos anos iniciais do ensino fundamental**. Acaraú: Universidade Estadual Vale do Acaraú - Ceará, 2018.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. ("O que está sendo feito para atender a Convenção ... - iParadigma") Aprovado pelo Conselho Permanente da OEA, na sessão realizada em 26 de maio de 1999. (Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001).

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Espanha, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2003.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

DEMO, P. **Pesquisa princípio científico e educativo**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: Teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar, de 2015**. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito. 6. ed. Brasília, DF, 2015. p. 1-126.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. *In*: DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educação Sociologia**, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 921-946, out. 2007 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrRD5ZRkMWrr/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 01 ago. 2022.

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: ECA, 1990.

ESTÊVÃO, C. V. **Repensar a escola como organização**: a escola como lugar de vários mundos. ("Livros – CEFH – Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos ...") São Luís: Laboro, 2018.

ESTÊVÃO, C. V. Tempos anormais e novas fantasias. Novas tendências em direitos humanos, justiça e educação. **Rev. Port. de Educação** [online], v. 28, n. 2, p. 7-29, 2015. ISSN 0871-9187.

FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade**: Leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

FERREIRA, F. **Educação inclusiva**: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisafazer/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Editora: DP&A, 2008.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006c. p. 77-95.

FIGUEIREDO L. C.; GUARINELLO, A. C. Literatura infantil e a multimodalidade no contexto de surdez: uma proposta de atuação. ("Literatura infantil e a multimodalidade no contexto de surdez: uma ...") ("Literatura infantil e a multimodalidade no contexto de surdez: uma ...") **Revista Educação Especial (UFMS)**, v. 26, p. 175-192, 2013.

FIGUEIREDO, L. C. **Grupo de familiares de surdos como um espaço de reflexão para a surdez**. 2008. 145 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

FREITAS, M. do S. A. de. **Contribuições do ensino na disciplina de LIBRAS na formação de professores no curso de Pedagogia do município de Petrolina/PE.**, 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ensino, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1572>.

GESUELI, Z. M. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão." **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, p. 277-292, 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 26 ago. 2022.

GÓES, M. C. R. **A linguagem escrita de alunos surdos e a comunicação bimodal**. 1994. 197f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

GÓES, M. C. R. Subjetividade, linguagem e inserção social: examinando processos de sujeitos surdos. Trabalho apresentado **VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico – ANPEPP**, Gramado, RS, 1998.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997. 90 p.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

JOSÉ FILHO, M.; DALBÉRIO, O. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP FHDSS, 2006.

JOSÉ FILHO, M.; LEHFELD, N. A. de S. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: UNESP FHDSS, 2004.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. (“(PDF) A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos ...”) **Cadernos Cedex: Educação, Surdez e Inclusão Social**, Campinas. v. 26, n. 69, p. 163-184, 2003.

LACERDA, C. B. F. de; POLETTI, J. E. A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais. *In*: FÁVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIROS, D. (Org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: Unesco/ANPED, 2009. p. 159-176, v. 1.

LAGAR, F.; SANTANA, B. B. de; DUTRA, R. **Conhecimentos Pedagógicos para Concursos Públicos**. 3. ed. Brasília: Gran Cursos, 2013.

LEGISLAÇÃO DE LIBRAS. **Linguagem Brasileira de Sinais**. [S. l.: s. n.], s. d. Disponível em: www.LIBRAS.org.br/leiLIBRAS.htm. Acesso em: 21 fev. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?**. 11 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

LIMA P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Ed Cortez, 2002.

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. Volume II. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, v. 8, n. 26, p. 36-44, 2004. Disponível em: www.revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/622. Acesso em: 18 ago. 2022.

MARCHESI, Á.; MARTIN, E. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. *In*: COLL, Cesar et al. **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 7-23.

MARCOTTI, P.; MARQUES, M. F. Educação inclusiva-formação e prática docente. **Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2017.

MARTINS, M. A. L. **Relação Professor Surdo / Aluno Surdo em sala de Aula**: análise das práticas bilíngues e suas problematizações. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

MARTINS, M. M.; DRAGONE, M. L. S.; As interações entre professor e aluno com deficiência intelectual. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-5, 2021.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

MEC. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004. (“O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a ... - Redalyc”)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

MENEZES, E. T. de. SANTOS, T. H. dos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo: Midiamix Editora, 2006.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: contextos sociais: Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

NHARY, T. M. da C. **O que está em jogo no jogo**. Cultura, imagens e simbolismos na formação de professores. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói, RJ, 2006.

OLIVEIRA, L. F. de, & LIMA, I. L. B. As concepções da surdez na voz dos intérpretes de LIBRAS. **Revista Educação Especial**, v. 32, n. 96, p. 1–21, 2019. <https://doi.org/10.5902/1984686X38515>

ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. UFU. *In*: **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Espanha: Salamanca, 1994.

PAULA, A. R. de C. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

QUADROS, R. M. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos**: Inclusão exclusão. Florianópolis: Santa Catarina, Ponto de Vista, 2003.

RAMOS, S. P. **Educação Inclusiva**: Desafios e Possibilidades na Prática Docente. 2019. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências: Biologia e Química) - Universidade Federal do Amazonas- (UFAM), Humaitá, 2009.

REILY, L. **Escola Inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

ROMANELLI, N. A questão metodológica na produção vigotskiana e a dialética marxista. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 199-208, abr./jun.2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acessado em: 26 ago. 2022.

SANTOS, M. P.; FONSECA, M. P. S.; MELO, S. C. (Org.). **Inclusão em Educação**: diferentes interfaces. Curitiba: CRV, 2009.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (Orgs.). **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas". 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: o paradigma do século XXI. **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SEEDF- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF. **Regimento Escolar da - Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 6. Ed. Brasília: SEEDF, 2015.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DA ASA SUL
Jefferson Teixeira Maciel

SKLIAR, C. B. **Educação & exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

SKLIAR, C. B. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. *In*: SKLIAR, C.B. (Org.). **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153.

SKLIAR, C. **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SOARES, A. F. **A participação da família no processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Alvorada, 2010.

SOARES, M. A. L. **Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Autores associados, 1999.

SOUZA, A. A.; CUNHA K. M. B ANDRADE M.G. O lúdico na educação inclusiva: o processo de aprendizagem a partir dos jogos e brincadeiras. **Gestão & Tecnologia Faculdade Delta**, Ano VIII, v. 1, Edição 28, jan./jun. 2019.

SOUZA, P. S. **A gestão Democrática na Escola Pública**: do discurso à prática do gestor. 2019. 83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – UnB Universidade de Brasília, Brasília -2019.

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta? linguística, educação e surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família e escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Liber, 2010.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. ("O direito à educação básica nas declarações sobre ... - Unesp") Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S. l.]: Unicef, s. d. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28 nov. 2021.

VIGOTSKI, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar *In*: VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone; Editora Universidade de São Paulo, 1988, p. 103-117.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução. Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.